

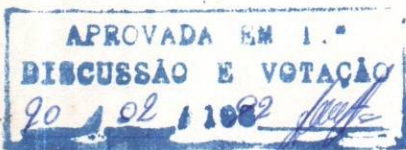


PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

CEP 35.490 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei Nº 962/92

Autoriza a realização de despesas
e contém outras providências.



A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para o exercício de 1.992, fica o Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte coletivo das professoras municipais, matriculadas no Centro de Estudos Supletivos -CESU- em Ouro Branco-MG.--, até a importância total do transporte efetivamente realizado.

§ 1º - As despesas mencionadas neste artigo serão reembolsadas às professoras, mensalmente, mediante a comprovação de passagens de transporte coletivo ou outros documentos equivalentes, atestados de frequência, além de satisfazerem outras exigências e critérios que poderão ser adotados pelo Executivo Municipal.

§ 2º - Para receberem o benefício autorizado por esta Lei os interessados deverão ser previamente cadastrados na Prefeitura.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária 08.42.188 - 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos, 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos, respectivamente da Unidade Orçamentária 2.4 - Serviços de Educação e Cultura do Orçamento do Município para o corrente exercício.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

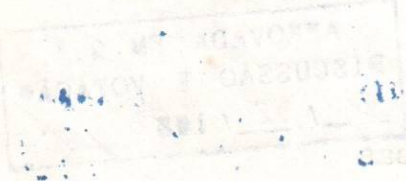
Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 17 de Fevereiro de 1.992.

Arnaldo de Oliveira Resende
-Prefeito Municipal-

João Eduardo Miranda de Oliveira e Souza
João Eduardo Miranda de Oliveira e Souza

PROPOSTA DE LEI Nº 1.322 DE 1952

CEP 20000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



Projeto de Lei Nº 1.322
Autoriza a realização de despesas e contratações provisórias.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições, resolveu:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de despesas com o transporte coletivo das professoras municipais, matriculadas no Centro de Estudos Pedagógicos - CEP - em Belo Horizonte, até a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

Art. 2º - As despesas mencionadas neste artigo serão pagas mediante a apresentação de comprovantes de pagamento coletivo ou outros documentos que comprovem a realização das despesas, além de serem aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Fica revogado o benefício anteriormente concedido por esta Câmara Municipal.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária 06.42.100 - 3.1.3.0 - Serviços de Recrutamento e Seleção, 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos, 3.1.3.3 - Serviços de Manutenção e 3.1.3.4 - Serviços de Alimentação e Colação de Estudantes, para o exercício de 1953.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 1952.

Assinado por: *[Assinatura]*
Diretor de Serviços Gerais
- Prefeito Municipal -

Assinado por: *[Assinatura]*
Tudo conforme minuta de Lei nº 1.322 de 1952